

APRESENTAÇÃO

Enfim, chegamos ao número 20 da RJESMPSP! É com gratidão que publicamos esta edição, especialmente aos autores que prezam pela honestidade intelectual e ao conjunto dos pareceristas, sempre ciosos da seriedade dos artigos. De fato, se conhecimento é poder, o predicado da responsabilidade é fundamental não só em uma revista científica, mas em qualquer veículo de comunicação tendo em vista a quantidade de informações distorcidas ou sem base factual e teórica, além da desinformação trazida pelas *fake news* – tudo aquilo que limita ou evita a disseminação do conhecimento sério objetivamente adere a um projeto obscurantista de sociedade e, por consequência, autoritário.

Assim, ao longo de todos os seus volumes, ficou evidente para nós que esta publicação, bem como as demais publicações doutrinárias e informativas do Ministério Público do Estado de São Paulo, são instrumentos a serviço de pesquisadores(as) e operadores(as) do direito de todo o país (e até além de suas fronteiras!), pois se pautam em trazer conhecimento jurídico e reflexões críticas de forma séria e acessível no meio digital.

Este nosso novo número, como se vê em seu Sumário, está permeado da preocupação com a concretização dos direitos sociais, como fica expresso já nos seus dois primeiros artigos, “Processo coletivo estrutural na prática e os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes” de Marcus Aurélio de Freitas Barros; e “Retrocesso social na disponibilização de vacinas contra a COVID-19 no Brasil” de Motauri Ciocchetti de Souza e Ana Beatriz Ribeiro David Valery Mirra, artigo esse escolhido como convidado, devido à importância do tema na – ainda em curso – pandemia global de coronavírus.

Adiante, contamos com a pesquisa “A proteção da Mata Atlântica e o princípio da proibição do retrocesso ambiental” de

Marcelo Augusto Santana de Melo e Tainara Gomes Penedo, contribuindo para o reforço da defesa jurídica desse bioma que é um dos mais ameaçados do país.

Em “Os desafios para a concretização do direito à moradia no âmbito do Programa ‘Minha Casa Minha Vida’” de Thamyris Gabrielle Loureiro de Sousa e Silva e de Fernando Ferreira dos Santos apresenta reflexões sobre esse programa habitacional aparentemente extinto, mas que tem influência central no programa federal contemporâneo, o que reforça a relevância da pesquisa.

Já na pesquisa “O direito de filhos adotados conhecerem sua origem biológica”, Mirella de Carvalho Bauzys Monteiro, Aline Arroxelas Galvão de Lima e Pedro de Mello Florentino explicitam o direito fundamental ao conhecimento da ascendência genética.

Este número se completa com duas pesquisas exploratórias de temas de grande discussão na atualidade: o primeiro reflete sobre o reforço do direito para a permanência da desigualdade social em “Um ensaio sobre o poder na Modernidade: análise sobre a lógica classista do Direito à luz de diálogos presentes na obra – O Processo – de Franz Kafka” de Tiago de Souza Fuzari; e em “O Patrimônio Genético Humano: A Edição do DNA e suas Implicações Bioéticas e Legais”, Eudes Quintino de Oliveira aborda o biodireito e as polêmicas em torno do avanço científico e seus impactos para os direitos humanos.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura!

Paulo Sérgio de Oliveira e Costa

Diretor da Escola Superior do Ministério Público

Mylene Comploier

Editora Responsável

Ticiane Lorena Natale

Editora Adjunta